

MASSACRE DA ESTRUTURAL

TRIBUNA DO BRASIL

21 ABR 2002

Cristovam foi o mandante

A ACUSAÇÃO É DO ADVOGADO LAURO DE NADAI, QUE DEFENDERÁ O EX-CORONEL SOUZA PINTO INDICIADO POR UMA TENTATIVA E DOIS HOMICÍDIOS, NA NOITE DE 8 DE AGOSTO DE 1998

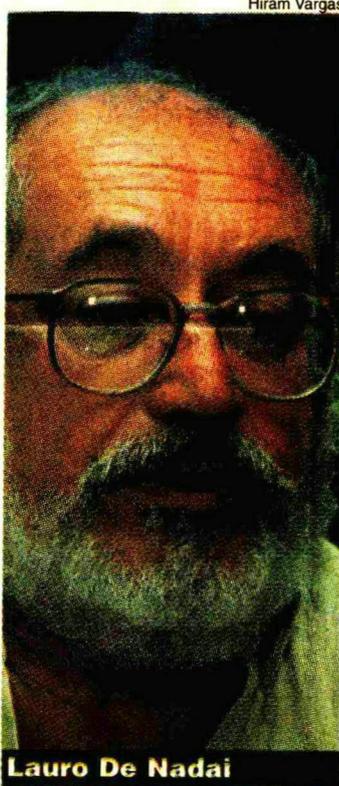
Vanessa Cordeiro e
Rosane A Garcia

O ex-governador Cristovam Buarque e o seu secretário de Segurança Pública Roberto Aguiar foram acusados ontem de serem os responsáveis pela violenta ação policial, ocorrida na Estrutural, em 8 de agosto de 1998. "Eles (Cristovam e Aguiar) foram os mandantes. Souza Pinto (ex-comandante de Policiamento) é cumpridor de ordem", afirmou o advogado Lauro De Nadai, acrescentando que o ex-governador era o comandante-em-chefe da Polícia Militar, como era do Corpo de Bombeiros e das outras forças de segurança do Distrito Federal. Nadai é o advogado do coronel Daniel de Souza Pinto, comandante de Policiamento na época e indiciado pela massacre ocorrido na Estrutural, que deixou como saldo dois homens mortos, um baleado na cabeça e 50 pessoas feridas.

A Operação Tornado, realizada na Estrutural, resultou nos seqüestros e assassinatos, com requinte de crueldade, de Milton de Sá e Luciano Pires de Aquino. Outra vítima, que sobreviveu e denunciou a barbárie, foi Roberto José dos Reis, conhecido como Azul. Ele conta que na noite da operação militar, cinco homens encapuzados o retiraram da sua casa e, depois de chegar ao quilômetro 48 da BR-020, o alvejaram com um



Daniel de Souza Pinto



Lauro De Nadai

tiro na cabeça. Milton, seu filho de criação e suspeito de matar o soldado Farias (morto dois dias antes da ocupação militar na invasão), foi executado com seis tiros na cabeça.

Souza Pinto resolveu contar tudo o que sabe depois de ler nos jornais, há menos de uma semana, que está sendo indiciado por dois homicídios e uma tentativa de assassinato. "Até o momento em que eu acompanhei a operação, do CP (Comando de Policiamento, localizado ao lado do Quartel

General-QG), junto com o secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, não aconteceu nenhum incidente na área".

O coronel conta que a ação militar começou às 20h30. Duas horas depois, o major Henrique Fonseca Teixeira, que comandava a operação na Estrutural, ligou, solicitando o término da batida policial. "Perguntei ao secretário, que estava ao meu lado, se podíamos deixar o local, pois, de acordo com Fonseca, estava muito escuro (não havia iluminação na Estrutural na

época) e os homens estavam dispersos. Roberto Aguiar autorizou e eu comuniquei a ele (Fonseca) a decisão".

Com a ordem do secretário de Segurança, o major Fonseca reuniu seus homens e foi para o Núcleo Bandeirante, onde a Operação Tornado, como em outras cidades, continuou até a 1 hora da madrugada.

Souza Pinto recorda que deixou Roberto Aguiar no comando, vestiu seu terno, e foi para o baile de formatura de sua filha mais velha, formanda de Psicologia pelo UniCeub. O tenente Alexandre Nogueira Martins, comandante da Radiopatrulha, também teria retirado a sua equipe da Estrutural, por volta das 22h30.

"Fiquei surpreso quando vi, nos jornais do dia seguinte, a notícia de que houve invasão de barracos, agressões e homens encapuzados, tudo registrado na delegacia do Cruzeiro (3ª DP)", conta o coronel. "No domingo ainda não havia informações sobre os mortos".

Devido à truculência da ação, Souza Pinto sugeriu ao Comando Geral da PM a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) para verificar a autoria da barbárie. "Nunca fui informado do resultado e muito menos chamado a prestar qualquer depoimento", afirma. O ex-coronel acrescenta que também não teve acesso às provas nem aos autos do processo.

1998. O índice de criminalidade era crescente no Distrito Federal. A população clamava por ordem e pelo fim da violência. Para atender à reivindicação popular, o então comandante de Policiamento, coronel Daniel de Souza Pinto, elaborou a Operação Tornado, que consistia em reunir o contingente da corporação, inclusive o pessoal administrativo e em cursos preparatórios, para megablitz, em todas as cidades-satélites. Apoiada por policiais civis, Detran, Corpo de Bombeiros e promotores de Justiça, a operação se repetia em um sábado a cada mês, mobilizando cerca de 6 mil homens. "ODF estava refém da criminalidade", afirma Souza Pinto, para quem conter o avanço da criminalidade era imprescindível.

Agosto. Mês do atentado na Rua Toneleros, que culminou no suicídio de Getúlio Vargas. Mês das renúncias de Jânio Quadros, que desencadeou o Golpe Militar

OPERAÇÃO REALIZADA PARA CONTER VIOLÊNCIA

de 1964. Em Brasília, o assassinato do soldado Farias, durante uma operação normal na atual Vila Estrutural, mexeu com os ânimos da tropa que fazia policiamento no local. Dois dias depois, o então secretário de Segurança Pública do DF, Roberto Aguiar, cobrava a realização da Operação Tornado, previamente agendada para sábado, 8 de agosto. Mesmo com metade dos ônibus disponíveis para carregar todos os homens

envolvidos na ação, ele pediu ao coronel Daniel de Souza Pinto, comandante do CP (Comando de Policiamento), que ordenasse o ato.

Todos os detalhes foram discutidos entre Souza Pinto, o secretário Roberto Aguiar, o comandante do Corpo de Bombeiros, o Detran, dois promotores, a Globo e a Manchete. "Fui eu quem indiquei para as equipes de reportagem que o local melhor para cobertura seria a Estrutural, onde o índice de criminalidade era bem maior", conta o comandante do CP de Cristovam Buarque. A proximidade das eleições, o assassinato de um soldado da PM numa blitz no local a menos de 36 horas e os fatos políticos sinistros ocorridos sempre em agosto não foram suficientes para que a Operação Tornado fosse adiada. Ou cancelada.

No meio da ação, uma atitude infantil do iluminador de uma das duas equipes de TV

desencadeou numa chuva de balas. No meio da ação policial, no mesmo instante em que ele acendeu o "pau de luz", atraiu para si uma chuva de balas. Preocupado com a segurança de todos, o soldado Francisco Alves de Lima se colocou na frente dele e pediu que ela fosse desligada. A tentativa de evitar que se tornassem alvos fáceis foi encuada, no inquérito, como forma de esconder um crime. Na época, os policiais só contavam com a ajuda de helicópteros para iluminar a invasão.

O advogado Lauro de Nadai aponta várias falhas no recolhimento das provas. Além de não ouvir os comandantes maiores da PM na época, o ex-governador Cristovam Buarque e seu secretário de Segurança Pública Roberto Aguiar, o inquérito não apresenta o horário das mortes de Milton de Sá e de Luciano Pires de Aquino. "Vou pedir que o laudo cadavérico seja avaliado por outro perito", garante Nadai.